

EM ESTADO DE EMERGÊNCIA

João Pitella Jr.
Da equipe do **Correio**

Alenda de que as pequenas prefeituras do Entorno, e da Região Nordeste, preferem comprar ambulâncias e mandar os pacientes para Brasília a construir hospitais está perto de se tornar mais verdadeira do que nunca. O Hospital Regional da Ceilândia (HRC) atende a 30 mil pacientes por mês, mas apenas 18 mil são da cidade. Os outros vêm de fora, de lugares tão diferentes como a Bahia e Minas Gerais, Goiás, Tocantins ou Piauí. No pronto-socorro, as filas continuam e os pacientes esperam horas pelo atendimento. O diretor do HRC, Marcelo Pereira de Souza, já se acostumou a ver mulheres chegarem do interior do Ceará só para ter filhos.

Mas a situação ainda pode piorar. O corte de R\$ 1 bilhão no orçamento de 1999 para a área de saúde, anunciado nesta semana pelo governo federal, e que vale para todo o país, deverá sobrecarregar ainda mais a rede hospitalar pública de Brasília.

“A tendência é que venha cada vez mais gente de fora, por causa dos cortes. Como o serviço de saúde pública no Brasil não é de excelência, as pessoas vêm para Brasília, e isso vai se agravar agora”, alerta o diretor do HRC. “Seríamos um hospital de primeiro mundo se tivéssemos que atender apenas a demanda da nossa população”, lamenta.

O sistema de saúde de Brasília, conforme ele lembra, é bom, mas fica sobrecarregado “por culpa de uma política nacional”. Os efeitos podem ser sentidos na vizinhança de Brasília. Águas Lindas, de 100 mil habitantes, não tem nenhum hospital. Anápolis, cidade onde mora a família do diretor Marcelo Pereira, tem 400 mil moradores e apenas um hospital, que ficou fechado, em greve, durante dois dos últimos quatro anos. “Quando eu vou visitar os meus parentes, sou procurado por uma romaria. Como sabem que sou médico em Brasília, todos querem marcar uma consulta ou uma cirurgia aqui”, conta.

CARÊNCIAS

Os cortes vão trazer outros problemas para os hospitais de Brasília. O HRC está ganhando uma área de atendimento materno-infantil com área de 2 mil m², e o pronto-socorro passou por uma ampliação. O Hospital de Brazlândia também ganhou

Jorge Cardoso



O Hospital Regional de Ceilândia e os 12 centros de saúde da cidade têm, juntos, 1,8 mil funcionários e precisam de mais 40%. Com os cortes no dinheiro, a contratação será impossível

uma nova maternidade. O Hospital Universitário de Brasília (HUB) está com obras de ampliação por todos os lados. Nos últimos quatro anos, foram investidos R\$ 40 milhões em 300 obras na rede hospitalar pública do Distrito Federal.

Mas essas melhorias correm o risco de não funcionar por falta de pessoal, já que, por causa da política de cortes, dificilmente o governo federal autorizará novas contratações em 1999. “No nosso centro obstétrico, temos 45 funcionários para fazer 840 partos por ano. Precisariamos de pelo menos 140 servidores”, avalia Marcelo Pereira.

Ceilândia tem, além do hospital, 12 centros de saúde. Ao todo, são 1,8 mil funcionários. “Precisariamos de 40% a mais”, calcula o diretor do HRC. “Estamos acostumados a trabalhar com deficiência de pessoal, mas não sei como vai ser daqui para a frente”, completa.

Quando ouve falar em cortes na área de saúde, o diretor do Hospital Universitário de Brasília (HUB), Elias Tavares de Araújo, suspira: “Gostaria que fosse possível cortar alguma coisa, pois não recebemos nenhuma verba de orçamento da União. Se for cortar mais, só fechando”. O vice-reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Martin Mulholland, reforça: “Para cortar, seria preciso que nos dessem algo primeiro”.

Essas queixas não são à toa. Em 1990, o HUB foi transferido da responsabilidade do antigo Inamps para a UnB, e a partir daí ficou fora do Orçamento da União, passando a sobreviver apenas dos repasses do Sistema Único de Saúde (SUS), que chegam a R\$ 800 mil por mês. Isso não cobre as despesas, que são de R\$ 1,1 milhão.

Desde outubro do ano passado, o HUB não paga as contas de água e luz. A Câmara Legislativa aprovou

uma lei isentando a universidade dessas despesas, mas ela não foi sancionada pelo governador Cristovam Buarque.

O HUB realiza 28 mil consultas por mês, mas apenas 10 mil são pagas pelo SUS (esse teto foi fixado no final de 1997, como parte do contingenciamento de despesas provocado, na época, pelo início da crise internacional das bolsas de valores). Mesmo assim, o hospital recebe apenas R\$ 2 por consulta. Por uma internação de um mês, o SUS dá ao HUB apenas R\$ 48, quantia que cobre apenas um dia das despesas do hospital com o paciente internado.

“É uma situação muito difícil. Até onde podemos imaginar, isso só poderia piorar se o teto de cobertura do SUS fosse reduzido ainda mais”, avalia o diretor do HUB. “Ainda não sabemos se isso vai acontecer, mas que a gente tem medo, tem”, admite.

No ano passado, graças a uma

emenda coletiva da bancada de Brasília ao Orçamento, no valor de R\$ 2,5 milhões, o HUB construiu um centro de hemodiálise e um de quimioterapia, além de colocar mais 64 leitos à disposição dos pacientes. Mas, segundo alerta Elias Tavares, a população só vai ser beneficiada se houver servidores para essas áreas, e o HUB já está com um déficit de 250 funcionários. “O nosso problema é a falta de pessoal. Se forem exigir que cortemos ainda mais gente, não vamos ter como trabalhar”, completa.

Em 1990, quando ainda era vinculado ao Inamps, o HUB fazia 250 internações, 8 mil consultas e 10 mil exames por ano. “Hoje, são 1.100 internações, 26 mil consultas e 36 mil exames, com 250 funcionários a menos”, compara Elias Tavares. “Estamos numa luta constante para sensibilizar o governo de que, como está indo, não dá para continuar”, desabafa o vice-reitor.

ONDE A DOR É MAIOR

Em 1994, o investimento per capita na área de saúde do Distrito Federal era de

R\$ 65,56

Do investimento per capita na saúde do DF a União respondia por

R\$ 29,09

Passados quatro anos, o investimento é de

R\$ 135

E a União participa com apenas

R\$ 52

RAIO-X DA PENÚRIA

Antes mesmo de os novos cortes serem determinados, nesta semana, pela equipe econômica do governo, os hospitais de Brasília já vinham sofrendo com restrições de verbas em diversos setores. A seguir os principais problemas, segundo levantamento da Secretaria de Saúde:

AIDS E DENGUE

Os programas de prevenção destas doenças já deveriam ter sido renovados pelo governo federal. Em 1997, os recursos foram de R\$ 500 mil para a Aids e de R\$ 200 mil para a dengue. Embora ainda não haja confirmação oficial, o GDF já sabe que os cortes nesses programas vão ser drásticos.

MANUTENÇÃO DOS HOSPITAIS

A União está repassando apenas 32% dos R\$ 900 milhões que são necessários, por ano, para manter os hospitais da rede pública do Distrito Federal. O GDF está sendo obrigado a bancar o resto com o seu próprio dinheiro, principalmente o que vem da receita de impostos como o IPTU e o ICMS.

REMÉDIOS

Desde que a Central de Medicamentos (Ceme) foi extinta, em outubro do ano passado, a Fundação Hospitalar do Distrito Federal deixou de receber, da União, cem remédios de uso básico em hospitais, como analgésicos. O estoque vem sendo reposto pelo GDF. O governo federal também não está repassando mais, desde julho, os remédios contra as chamadas infecções oportunistas que atacam junto com a Aids, como a tuberculose e a pneumonia.

SERVIDORES

O Ministério da Fazenda não está autorizando o pagamento de horas extras aos funcionários dos hospitais da rede pública de Brasília. Por isso, o GDF está sendo obrigado a desembolsar R\$ 2 milhões por mês.